

A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NAS NARRATIVAS ORAIS

DÉBORAH DE BRITO ALBUQUERQUE PONTES FREITAS*

Resumo: Este artigo, considerando a perspectiva da identidade como algo múltiplo, híbrido e em constante mudança, objetiva discutir como se dá a construção do sujeito nas narrativas orais. Sujeito este sócio histórico e culturalmente situado, que constrói o mundo e é construído por ele dentro do discurso a partir de sua interação dialógica com seu interlocutor. O objeto que se apresenta como foco principal é a construção de identidades indígena, utilizando para isto recortes de narrativas orais dos grupos: Xukuru de Ororubá (Município de Pesqueira – Pernambuco), Shawândawa ou Arara (Município de Cruzeiro do Sul – Acre e Makuxi (Município de Normandia – Roraima), entre outros.

Palavras-chave: identidade; indigenismo; narrativa oral.

Abstract: This paper, considering the perspective of the identity as something multiple, hybrid and in constant change, objective to argue as if of the construction of the individual in the verbal narratives. Individual historical and culturally situated, who constructs the world and is constructed by inside of the speech from its dialogical interaction with its interlocutor. The object that if presents as main focus is aboriginal

* Doutora em Lingüística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do curso de Letras e Tutora do Programa de Educação Tutorial – Letras na Universidade Federal de Roraima.

construction of identities, using for this clippings of verbal narratives of the groups: Xukuru de Ororubá (Pesqueira municipal district – Pernambuco), Shawãndawa ou Arara (Cruzeiro do Sul municipal district – Acre e Makuxi (Normandia municipal district – Roraima), among others.

Keywords: identity; indigenous; verbal narrative.

Introdução

Um primeiro esboço deste artigo foi apresentado por ocasião do V Encontro de História Oral da Região Norte: Culturas e Múltiplas Narrativas, na Mesa Redonda “História Oral e Identidades”, que teve lugar em setembro de 2007, na Universidade Federal de Roraima.

Estar entre historiadores e refletir sobre a temática em questão é, antes de tudo, considerar os estreitos laços que unem diferentes campos disciplinares, tanto no tocante ao objeto de estudo - como é o caso da construção de identidades, como à metodologia - em questão as narrativas orais.

Tento então, neste trabalho, contribuir com a discussão ao trazer à tona reflexões que consideram a construção do sujeito dentro do discurso, considerando-o núcleo da linguagem, o que por sua vez, é campo de construção do mundo ao seu redor.

Os estudos sobre a linguagem – a Lingüística

O interesse do homem pela linguagem existe em todos os períodos históricos. Na Grécia antiga o ponto fulcral eram as discussões em torno da questão: as palavras imitam as coisas ou são dadas por pura convenção? (Orlandi, 1999; Weedwood, 2002). Os antigos hindus se interessavam pela linguagem por motivos religiosos, tentando estabelecer pela palavra uma relação íntima com Deus. Na idade média os estudiosos tentaram construir uma teoria geral da linguagem, considerando a autonomia da Gramática em relação à lógica.

Dois outros momentos também foram marcantes no estabelecimento dos estudos da linguagem: a construção das gramáticas gerais (século XVII) e das gramáticas comparadas (século XIX). No primeiro caso os estudos foram marcados pelo racionalismo, a linguagem

era considerada representação do pensamento e as línguas apresentavam princípios racionais que regiam todas elas. Ao discorrer sobre a generalidade da linguagem, os estudiosos objetivavam a língua ideal, lógica, universal, capaz de assegurar a unidade da comunicação.

Já no século XIX o ponto marcante dos estudos era a consciência de que as línguas se transformam no decorrer do tempo, que cada língua apresenta regularidade nas suas mudanças e que estas independem da vontade dos seus falantes. Neste momento foram realizados estudos comparativos, focando principalmente mudanças sonoras e gramaticais. Trabalhando numa perspectiva não mais racionalista, mas romântica, os estudiosos buscavam reconstruir teoricamente, a partir das semelhanças entre as línguas, uma língua-mãe, que teria dado origem a todas as outras línguas.

Se todos os enfoques dados aos estudos da linguagem foram constitutivos na construção do que hoje se entende por Lingüística é, entretanto, apenas no início do século XX que ela se torna uma ciência a partir do Estruturalismo de Ferdinand de Saussure. Estudioso genebrino que através da sua teoria comprovou que o estudo da linguagem verbal humana tinha um objeto próprio, concreto – a língua, que poderia ser mensurado a partir de uma metodologia específica e eficaz.

Saussure desenvolveu sua teoria a partir de cinco dicotomias, mostrando que cada aspecto da linguagem tinha dois lados, diferentes, porém complementares. A dicotomia mais importante de todas é, sem dúvida, a língua e fala, ou como Saussure chamou *langue e parole*. Nela, o mestre genebrino advoga a idéia de que a linguagem humana tem dois aspectos, o social e coletivo – a língua e o individual – a fala.

Segundo Weedwood (op cit:127), *langue* significa “ ‘sistema lingüístico’, e designa a totalidade de regularidades e padrões de formação que subjazem aos enunciados de uma língua” e o termo *parole* deve ser entendido como “comportamento lingüístico”, fazendo referência aos enunciados reais. O que chamamos em lingüística de “comunidade de fala” considera um agrupamento humano que compartilha o mesmo sistema lingüístico, porém cada indivíduo tem a sua produção própria e particular desse sistema, ou seja, pode haver duas ou mais maneiras de se dizer a mesma coisa, todas tomando por base a mesma estrutura. Daí advém o termo “estruturalismo”.

Para o estruturalismo tudo são relações e cada elemento do sistema só pode ser percebido a partir do seu cotejo com outro elemento, como diz Saussure (2000: 139) “Um sistema lingüístico é uma série de diferenças de sons combinadas com uma série de diferenças de idéias”. Se por um lado, a posteriori vários teóricos refutaram a teoria saussureana, por outro, podemos dizer que ela foi tão importante que serviu de base a diversos campos de estudos, por exemplo a antropologia cultural, e é matéria introdutória obrigatória em todo e qualquer curso de Letras.

Em meados do século passado a teoria do lingüista americano Noam Chomsky (1979) provocou uma mudança significativa nos estudos lingüísticos ao considerar que as análises sintáticas das frases, praticadas até então, eram inadequadas em vários aspectos, principalmente porque não levavam em conta dois níveis existentes na estrutura gramatical, o superficial e o profundo. O primeiro diz respeito à estrutura mais aparente e o segundo ao significado que está subjacente àquela estrutura. A teoria inovadora de Chomsky, que levava em conta o nível subjacente da estrutura, foi chamada de Gramática Teoria Gerativa Transformacional.

Tal como Saussure, Chomsky desenvolveu sua teoria a partir de uma dicotomia básica: competência e desempenho. Para ele a competência dizia respeito ao conhecimento que o falante tinha de sua língua e o desempenho referia-se ao uso desta competência. A Lingüística deveria então focar o estudo da competência, não o do desempenho, tal qual vinha sendo feito até aquele momento. A língua, segundo Chomsky, era um conjunto infinito de frases e o falante ideal, não apenas teria a capacidade de compreendê-las ou de reproduzi-las, mas de criar novas frases a partir do conhecimento que tinha da sua estrutura profunda.

Até este momento da história do desenvolvimento da Lingüística não havia sido considerada a situação real de uso da linguagem, os estudos eram apenas centrados na forma, constituindo assim a tendência formalista. Entretanto, ainda no século XX, outras tendências foram desenvolvidas, muitas convivendo com o formalismo, que se debruçavam em estudos da heterogeneidade e da diversidade ao focar falantes reais em situações concretas do uso da linguagem.

Os falantes reais a que me refiro aqui são sujeitos situados historicamente, inseridos em sociedades e em contato com outras sociedades. Aqui são consideradas as variações da linguagem, interferindo

e sofrendo interferência da localização social e espacial do falante, assim como do ouvinte, seu interlocutor.

Para dar conta de todas essas questões surgem campos de estudos hifenizados, como a sociolinguística, a etnolinguística, sociologia da linguagem e a etnografia da fala. A linguística passa então a ser considerada sob dois aspectos, um mais restrito, voltado ao estudo das línguas em si mesmas, e que é chamado de “núcleo duro” da linguística; e um outro que analisa questões da linguagem considerando aspectos psicológicos, sociais, históricos, culturais, etc.

Na figura a seguir uma representação esquemática mostra o núcleo duro, fechado, também chamado de microlinguística e algumas das áreas de estudo que consideram as condições de produção da linguagem, que formam o que é denominado de macrolinguística.

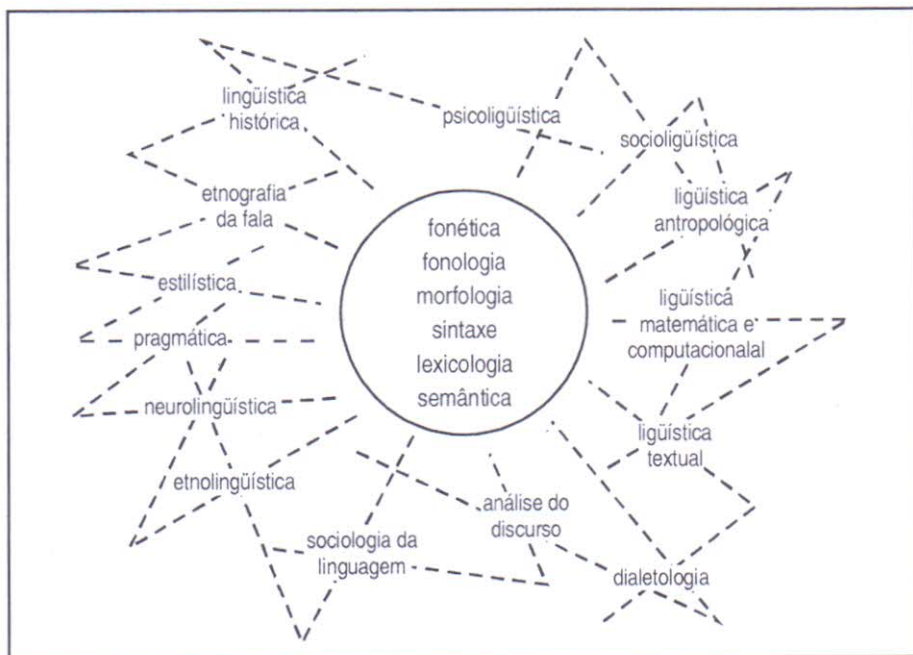


Figura 1

Não me deterei aqui a discorrer sobre cada uma dessas possíveis áreas de análise, pois fugiria ao escopo deste trabalho. Entretanto, para chegar ao cerne da discussão a que me proponho, é mister explicar um pouco acerca da etnografia da fala.

A linguagem em uso

Dentre os estudos realizados pela sociologia da linguagem encontramos o conhecido como etnografia da fala, que trabalha com a noção de funções da linguagem considerando os aspectos culturais envolvidos. A idéia básica é de que o falante ao falar faz muito mais do que informar algo. É neste momento que a Lingüística deixa de se preocupar só com a forma da língua e passa a estudar a significação. Um dos campos mais frutíferos desta perspectiva é, sem dúvida, a pragmática.

Ao surgir, na segunda metade do século XX, a pragmática leva muitos lingüistas a se dedicarem ao estudo do uso que os falantes fazem de sua língua, considerando os fatores que definem suas escolhas lingüísticas na interação social e que efeitos essas escolhas surtem nos seus interlocutores. Segundo Weedwood (2002), por ser uma corrente de estudos recente a pragmática talvez seja a área de estudos mais fértil para a lingüística do século XXI.

Ao analisar a relação falante/linguagem a pragmática tem seu campo de trabalho definido em vários eixos (ver Orlandi, 1999; Pinto, 2001) aqui, entretanto, vamos nos deter na chamada teoria da enunciação, segundo a qual a linguagem é vista como ação, ou seja, dependendo do grau de veracidade do que é dito, de quem diz e para quem se diz, o que é dito pode vir a ser mais do que informar e sim a execução da própria ação (Austin, 1989).

A característica primordial da teoria da enunciação é que o falante é considerado o centro da análise e o que interessa nesta análise é o processo de enunciação, ou seja “a forma pela qual o sujeito se marca naquilo que diz” (Orlandi, op cit:59). Essas marcas são definidas pelo locutor quando as usa e é a partir daí que falamos de subjetividade na linguagem, pois é na interlocução entre o *eu* do falante e o *tu* do ouvinte que se dá o fundamento lingüístico da subjetividade.

Vista desta forma, a linguagem tem papel decisivo na constituição do sujeito, ou seja, na constituição da identidade. Na perspectiva do pensador russo Bakhtin (1997) a palavra é dialógica e, desta forma é determinada tanto pelo emissor, como pelo ouvinte. Para ele a língua é espaço de conflitos e disputas, entre o sujeito e a sociedade. Desta forma, a língua seria uma atividade social, e para fins de análise não importaria

o enunciado, que seria o produto, mas sim a enunciação, ou seja, o processo verbal.

Bakhtin vai de encontro à lingüística saussuriana e pós-saussuriana, que vê a língua como um objeto abstrato ideal e que considera a fala como o aspecto individual da linguagem. Para o pensador russo, a fala é social, pois está inexoravelmente ligada às diversas condições de comunicação que estão, por sua vez, ligadas às estruturas sociais.

Esta nova perspectiva deu uma reviravolta nos estudos lingüísticos, ao criticar a visão já cristalizada da língua como um sistema homogêneo e estável e que como tal poderia ser descrito pelas disciplinas do “núcleo duro” da lingüística: fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, lexicologia e semântica, dando mais ênfase à nova perspectiva que surgia, a de que a língua só poderia ser realmente analisada se consideradas as condições de produção a partir das quais se constituía o enunciado lingüístico.

Na figura 1 apresentada, as disciplinas do “núcleo duro” mantêm-se fechadas e isoladas, a língua sendo estudada por si mesmo; as linhas pontilhadas apontam para a possibilidade de interconexão entre os diversos campos de estudos.

Esta perspectiva interdisciplinar e ainda mais uma outra, a transdisciplinar, está presente num campo de estudos da linguagem mais recente - a lingüística aplicada (doravante LA). Surgida durante e após a II Guerra Mundial, a lingüística aplicada, inicialmente era ligada principalmente ao ensino de línguas nos Estados Unidos, como consequência da necessidade de contato com os aliados falantes de outras línguas (Almeida Filho, 2007). Em decorrência disto, até meados dos anos 80 a LA era vista como mera aplicação de teorias lingüísticas principalmente à prática de ensino de línguas; a partir daí a LA começa a ser delineada como uma área científica com metodologia e objeto de estudos próprios.

A lingüística aplicada, traz no termo *aplicada* não a idéia de aplicabilidade, mas sim a noção de que a linguagem que é analisada é aquela que está em aplicação, em uso, colocada na prática social, dentro ou fora do contexto escolar.

A LA difere da lingüística, até mesmo dos seus campos que observam a linguagem em uso, por apresentar um foco de pesquisa

distinto daqueles e uma metodologia de trabalho própria. A linguagem pode ser analisada numa perspectiva interdisciplinar, na qual a disciplina em questão “bebe” de outros conhecimentos para explicar o fenômeno analisado, mas também numa perspectiva transdisciplinar, onde não há fronteiras entre as áreas de conhecimento pertinentes à análise¹.

Segundo Celani (1998:132) “Transdisciplinaridade envolve mais do que a justaposição de ramos de saber. Envolve a coexistência em um estado de interação dinâmica (...)”. Não se trata apenas de uma troca de contribuições entre uma ou mais áreas, mas sim de um transitar por vários campos de conhecimento tendo como ponto focado o seu objeto de investigação.

Quando falamos em trabalhar na LA numa perspectiva transdisciplinar, interdisciplinar, ou mesmo indisciplinar², nos referimos aos campos de conhecimento pertinentes a cada tema pesquisado, que são definidos a partir do fenômeno observado. Como diz Moita Lopes (2006:119) “A teoria informa a prática e a prática informa a teoria”.

Se, por um lado, a LA se beneficia das teorias de outras ciências, dentre elas a lingüística, sua irmã mais próxima por assim dizer, por outro lado, desenvolve teorias próprias, que por sua vez poderão contribuir com outros ramos do conhecimento. Segundo Almeida Filho (op cit:15) “... dentro dos sucessivos tratamentos de problemas de ordem semelhante, instituíram-se em LA uma taxonomia e tradição de pesquisa próprias que vêm a refletir as bases teóricas crescentemente consolidadas da LA contemporânea”.

Um outro ponto importante a ser analisado é quanto ao percurso de pesquisa, enquanto a lingüística parte de uma questão teórica, olha a prática e retorna à teoria, a lingüística aplicada faz o caminho inverso: parte de uma problematização na prática, volta-se à teoria e retorna para a prática.

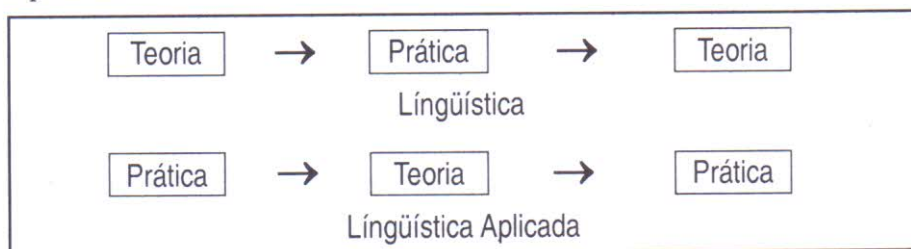


Figura 2

A discussão teórica prévia ao trabalho de campo permite que a indução e a dedução estejam sempre em constante diálogo. Desta forma, as linhas de indagação traçam o desenho da própria pesquisa. Este traçado, que funciona como meio condutor, é flexível o bastante para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos no contexto, que é entendido de forma holística. Assim, é possível que ocorra uma mudança de foco se o pesquisador se deparar em campo com um outro fenômeno que lhe atraia mais, sem perder de vista, no entanto, o seu objeto de estudo.

O retorno à prática não é exatamente uma exigência, entretanto sugestões e indicações de encaminhamento são sempre bem vindas a atores que anseiam por respostas a questões, que muitas vezes, tornaram-se visíveis apenas a partir da pesquisa de campo. Muitos pesquisadores buscam, através de suas pesquisas, explicar e otimizar as relações humanas através do uso da linguagem³.

O trabalho de campo da LA é feito a partir de leituras teóricas prévias, entretanto as leituras específicas advém do que for efetivamente problematizado sob o olhar atento e investigativo do pesquisador. É de praxe se trabalhar com uma coleta de registro múltipla, composta por mais de uma técnica de coleta, por exemplo: observação participativa⁴, construção de diário de campo⁵, gravações e entrevistas. Os dados analisados são entrecruzados buscando a confirmação ou contestação dos mesmos (Heller, 1998).

As entrevistas costumam ser abertas, ou seja, são elaboradas a partir de algumas perguntas chave, possibilitando a formulação de outras questões advindas das respostas dadas. Funciona quase como uma conversa informal, deixando os entrevistados mais à vontade e resultando em verdadeiras narrativas orais.

Dentre tantos temas discutidos pela lingüística aplicada, a construção de identidades, que tem lugar nas interações verbais, tem fomentado bastante interesse na área.

Identidades e narrativas orais

A noção de identidade com que trabalho é a do sujeito histórico sócio e culturalmente constituído, que não é mais visto como um eu unificado, mas sim fragmentado, possuidor de várias identidades (Hall,

1999), definidas através da negociação que se dá nas interações sociais a partir da relação com as outras pessoas.

Algumas dessas identidades podem até ser conflitantes, pois o indivíduo poderá estar no centro de uma batalha de forças, voltando-se ora para uma identidade, ora para outra, dependendo dos interesses em jogo. Este fato é bastante observado em Boa Vista, capital do estado de Roraima, extremo norte do país, que recebe imigrantes indígenas⁶ advindos das aldeias⁷ do interior do estado e até de estados vizinhos.

Em conversa sobre cota de vagas para índios na universidade com uma roraimense, filha de uma imigrante do interior do Amazonas, em cuja família apenas o avô já falecido era identificado como índio, ouvi o seguinte depoimento:

“Ah, agora que vêm com essa conversa, eu tive que fazer vestibular como todo mundo, se fosse agora eu ia fazer o meu registro indígena”.

Existe, nos indígenas que migraram para Boa Vista, um movimento flexível de identidades que são construídas na interação com o outro, dependendo do interesse em assumir uma ou outra com um fim específico. No caso, a estudante que sempre negou sua origem indígena resolve assumi-la diante de uma situação específica, o acesso à universidade. Isso não quer dizer, em absoluto, que há uma nova identidade assumida e que, daí por diante, ela se auto identificará como índia em todas as situações. A apropriação da identidade indígena será uma tática para conseguir o que almeja, o ingresso e talvez a permanência num curso superior; nas demais situações do cotidiano o esperado é que ela se identificará como roraimense⁸, filha de amazonense, como comumente faz.

De outra feita, conversando com a secretária da Organização de Professores Indígenas de Roraima (OPIR)⁹ questionei de onde ela era, ao que me respondeu vagamente “do interior”. Ao insistir na pergunta “de que interior”, obtive o nome de um município do interior do estado.

Neste caso, é interessante observar que ao se candidatar à vaga de secretária da OPIR, a mocinha deve ter respondido ao presidente da organização, ou a quem a entrevistava, que era índia, considerando que este era um pré-requisito para assumir o emprego. Entretanto, tempos

depois, ocupando o cargo de secretária na capital, função tradicionalmente não indígena, e estando diante de uma pessoa estranha, não índia, identifica-se como oriunda de um município X; não mentindo, apenas omitindo o nome da maloca. Ao trazer à sua resposta o nome do município onde a mesma se localiza, omite ser índia, se dizendo igual a quem a questiona.

Sempre nos fazemos ser em relação ao outro – o que outro espera de nós, o que pensamos que o outro espera de nós, o que queremos que o outro veja de nós, ou até aceite em nós. Hall (op cit: 39), apoiando-se em Lacan diz:

“A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é ‘preenchida’ a partir do nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*”.

Assim, o autor citado sugere o uso do termo identificação, considerando a identidade como algo que está em constante formação. A fantasia do eu uno se dá de forma inconsciente, ou seja, psicanaliticamente falando buscamos continuamente a nossa “identidade”, como se capturássemos numa única unidade as distintas partes do nosso eu dividido.

A identidade fantasiada é formada e transformada no interior da representação. A noção de representação social que utilizo aqui é a de Fairclough (1989) que a considera como os procedimentos de interpretação que tomam por base a linguagem, a cosmovisão, as crenças e valores dos indivíduos de uma sociedade. O somatório das representações individuais constitui a noção de grupo, uma construção que se realiza por meio de símbolos e que tem como palco as interações sociais, considerando-se: com quem se interage, por quê e para quê.

Não ocorre desintegração do indivíduo porque há articulação entre os diferentes elementos, uma articulação que é flexível o bastante para entrada de novos elementos na estrutura, ou seja, para a criação de novas identificações, o que pode ser demonstrado no esquema a seguir:

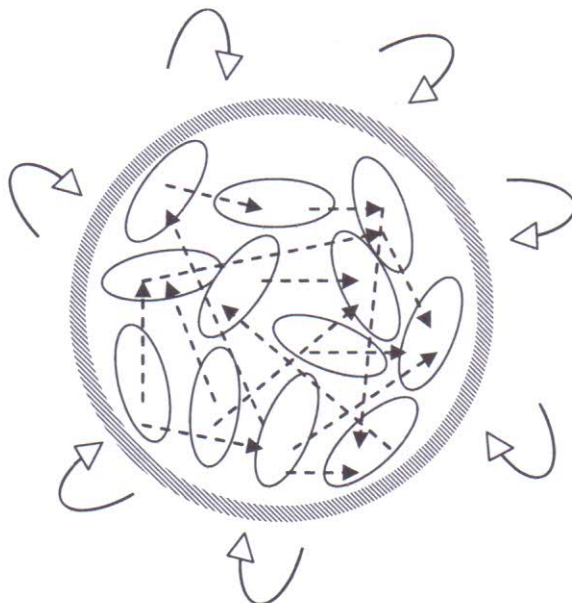


Figura 3

Todas as identificações que possuímos se mixam formando nossa identidade. Identidade portanto híbrida, que cria um sujeito multifacetado, o qual a cada momento traz para o primeiro plano uma ou outra identificação, dependendo da situação interacional. Esta estrutura apresenta-se, desta maneira, em contínua mudança, até porque novas identificações vão surgindo dando uma nova forma a esta identidade, híbrida, múltipla, em constante construção.

Lembro de um fato curioso que ocorria quando no início da década vigente, estando cursando o doutorado na Unicamp alguém me perguntava de onde eu era, em geral antes de responder eu fazia uma pergunta que guiava minha resposta, indagava “de nascimento, de trabalho, de moradia atual ou de programa de pós-graduação?”; pois de nascimento sou de Recife, minha residência fixa era em Boa Vista, onde sou professora da Universidade Federal de Roraima, durante o doutorado morava em São Carlos e cursava o doutorado em Linguística Aplicada na Universidade Estadual de Campinas.

Me coloco como exemplo para demonstrar que a complexidade que envolve a questão de construção de identidades não se restringe a grupos minoritários, segundo Anderson (1983), a identidade nacional é

uma comunidade imaginada, tanto imaginada diante de outras culturas nacionais, quanto em relação ao movimento que nos unifica numa única nação, uma unificação da soma das várias identidades que cada um de nós temos.

Todos nós vivemos situações que nos levam a escolher uma ou outra identidade no nosso dia a dia. Esta escolha se dá, em geral, naturalmente, a partir do contexto e das pessoas envolvidas na interação comunicacional. No caso ilustrado, como o contexto não dava estas pistas, uma brincadeira era usada como tática para descobrir qual das identificações era a esperada pelo interlocutor.

Outra questão a ser considerada é a utilização, por parte do senso comum, de vários traços apontados como definidor de identidade, alguns deles são em termos de características físicas, tipo cor de pele, formato dos olhos e textura de cabelo. Como diz Silva (2000:78):

“A identidade e diferença não podem ser compreendidas, pois, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. Não são seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem”.

O espaço de construção de identidades é o discurso, as marcas físicas são apenas simbólicas e utilizadas no discurso quando é de interesse de um dos interlocutores.

O nome próprio também é um objeto de análise interessante. Entre os Makuxi da Raposa, por exemplo, os nomes dos personagens nas histórias tradicionais são na língua indígena; atualmente os pais colocam o nome no bebê em Português, e poucos são os que recebem um segundo nome na língua indígena, que são chamados de “apelido”, até pelos próprios índios.

Para os Makuxi, o nome em língua indígena é um “apelido” porque em geral só é colocado mais tarde, e não ao nascer, mas quando já se é criança e um fato acontecido ou uma parte do corpo remete a algo. No trecho de uma narrativa um professor índio conta a estória do seu “apelido”:

“Quando era pequeno gostava muito de pescar com minha mãe. Um dia estavam limpando um peixe, chamado em

Makuxi de “karaasai”, e eu disse que a cabeça do peixe parecia com o nariz da vovó Damiana. Desde esse dia passaram a chamá-lo de “karaasai”.

Ao serem questionados em entrevista, poucos nomes em Makuxi são citados, sem que seja constatado predomínio em nenhuma das faixas etárias. Isto me leva a concluir, a exemplo do que Maher (1996) observa entre os Apurinã do Acre, que ter nome na língua indígena na Raposa não é critério de indianidade.

Em contrapartida, outros índios se sentem pressionados em relação a ter um nome indígena. É o caso do professor Antônio Arara¹⁰, monolíngüe em Português, professor da Aldeia Boca do Nilo, no Alto Juruá, estado do Acre. Na sua primeira participação no curso para professores na Comissão Pró-índio do Acre ao ser chamado pela professora para ir ao quadro, a exemplo de seus colegas, e escrever seu nome em Português e na sua língua Arara, se deu conta pela primeira vez de que ter um nome indígena era importante. Diz Antônio:

“A professora mandou eu ir no quadro e escrever meu nome em Português e na língua indígena, aí eu não tinha, aí tava lá eu, um homem morto. Aí quando voltei para a comunidade procurei meu tio e escolhemos um nome prá mim, Eutxânani Shawândawa¹¹. Aí no outro curso eu fui lá no quadro e mostrei meu nome”.

Diante de seus colegas, professores índios de diversas etnias acreanas, Antônio se sentiu diminuído, “um homem morto”, como se não fosse ninguém. Sua reação foi a de logo providenciar um nome, conversando com seu tio, um dos poucos falantes da língua Arara.

Isso nos mostra que, ao lado características físicas, a língua é fortemente relacionada à questão de identidade. É o que demonstrarei a seguir.

Língua e identidade

A língua é um dos elementos mais apontados, e cobrados, como característica de identidade, esquecendo-se muitas vezes que é apenas um entre um conjunto de traços que compõem o sentir-se pertencente a

uma comunidade específica. Neste cenário encontramos situações de conflito, principalmente em relação a comunidades de fala minoritárias em contato com comunidades majoritárias política e economicamente marcadas.

Várias situações desse tipo são observadas por pesquisadores que lidam continuamente com grupos indígenas. Cito como exemplo uma narrativa do professor Antônio Arara:

“Quando fui em Humaitá pela primeira vez, receber a merenda escolar, a mulher da Secretaria (de educação) perguntou ‘você é índio?’ e eu disse ‘sou’, aí ela disse ‘então fale sua língua’, aí pronto, lá estava eu, um branco de cabelo duro’ ”.

É de se esperar que, pela falta de contato com a sociedade majoritária, a população de uma aldeia como a Boca do Nilo, localizada no meio da floresta amazônica mantenha seus elementos culturais tradicionais, pois são quase três dias de viagem de barco a partir da cidade de Cruzeiro do Sul; entretanto o contato também foi massacrante para os grupos indígenas acreanos (Freitas, 1995). No passado, o extrativismo da borracha foi responsável pelo amansamento dos índios¹² que eram usados como escravos extrativistas. Proibidos muitas vezes de vivenciar suas culturas tradicionais, também não podiam falar suas línguas, que foram paulatinamente sendo substituídas pela língua portuguesa.

Antônio Arara tem língua sim, a portuguesa. Entretanto a comunidade envolvente cobra que ele fale a língua indígena de seu grupo como se ela fosse uma prova da sua indianidade. Provavelmente Antônio nunca tinha se questionado se era ou não índio, ele se sabia índio e pronto, ninguém com quem ele convivia também questionava isso.

Ele é índio porque se reconhece como índio e é reconhecido assim pelos seus pares, pois segundo Freitas (2003: 97) “O ser índio cristaliza-se no sentimento de se pertencer a um determinado grupo étnico, num movimento, ao mesmo tempo, de externalizar no mundo exterior o que se é e internalizar do mundo exterior valores e significados que faz o indivíduo ser o que é”.

Diante do questionamento da funcionária da Secretaria de Educação sua identidade é colocada em cheque, gerando desconforto.

Ao narrar o fato acontecido, o professor Arara expressa seus sentimentos advindos a partir da cobrança, apropriando-se dela como sua, se sentindo não mais um índio, mas “um branco de cabelo duro”¹³.

Na década de 80, em assessoria lingüística junto ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) numa reunião realizada com os Xukuru, que habitam a Serra do Ororubá, em Pesqueira, Pernambuco, ouvi a seguinte fala de um líder indígena: “nós ainda temos nossa língua indígena e queremos que seja ensinada na escola”. Eu, sabedora de que os Xukuru falavam apenas o Português¹⁴, pedi que escrevesse algo em Xukuru no quadro. O líder escreve:

“O www bateu com o xxxxx na yyyy do zzzzzz”¹⁵”

As palavras registradas aqui como www, xxxxx, yyyy e zzzzzz, significam respectivamente; índio, pedaço de pau, cabeça e homem branco. Como podemos perceber claramente, a estrutura frasal é da língua portuguesa, assim como os termos gramaticais. Apenas os substantivos são Xukuru, o que corrobora a teoria de que os substantivos são os últimos elementos a desaparecer de uma língua em extinção.

Na ocasião expliquei esta análise com bastante cuidado para representantes de uma comunidade que me olhavam ansiosos, ávidos que eu dissesse que a língua seria recuperada na escola. Meu parecer foi favorável à coleta e registro do léxico ainda existente em Xukuru e posterior confecção de material didático, que seria usado em sala de aula.

Não me cabia julgar se uma lista de substantivos iria revitalizar a língua Xukuru ou não, e se portanto teria ou não serventia aquele tipo de trabalho, cabia sim considerar a importância simbólica que a escrita e o ensino escolar traria, enquanto cristalização de um elemento identitário que parecia ser importante para um grupo que vivia em ameaça agrária constante¹⁶.

O discurso da revitalização e/ou resgate da língua indígena é constante. Índios e não índios sensíveis à causa o repetem incessantemente. Em Roraima as escolas têm aulas de língua indígena e se consideram escolas bilíngües por isso. A Escola da maloca da Raposa, no município de Normandia, em Roraima, é um bom exemplo disto.

Considerada “uma verdadeira escola indígena” é apontada assim por ter aula de Makuxi.

A Maloca da Raposa, uma das cem comunidades Makuxi no Brasil¹, com cerca de 600 habitantes², apresenta uma situação sociolinguística bastante variada (Freitas, 1999). Os mais velhos (a partir de 33 anos) na maioria são bilíngües, sendo que alguns apenas compreendem a língua portuguesa e poucos são apenas falantes de Makuxi; na faixa etária que vai de 16 a 32 todos falam Português e alguns compreendem Makuxi; e as crianças, de 7 a 15 anos são monolíngües em Português em sua maioria, e poucos compreendem Makuxi³³. Neste último caso, as crianças que compreendem a língua indígena são aquelas que têm em casa a companhia de um dos avós, que efetivamente falam em Makuxi no dia a dia. É comum ocorrer nestes casos diálogos bilíngües, o avô fala em Makuxi e a criança responde em Português ou com a ação correspondente.

As crianças menores não apresentam resistência e divertem-se com aulas lúdicas de língua indígena, comumente voltadas ao léxico, principalmente substantivos. As crianças maiores e os adolescentes apresentam mais resistência, mas, em alguns casos, apropriam-se do discurso do professor. Ilustro isso com a fala de Rafaela, adolescente que diz que é importante aprender a língua tradicional, pergunto por que:

“Eu não acho importante, eu acho fundamental. Porque o aluno tem que conservar sua língua, sua língua materna. O professor sempre fala isso no início do ano e depois no meio do ano. A conservação. Porque o pessoal fica sempre conservando a língua deles. Eu também acho importante a conservação porque se alguém deixar de falar depois daqui a 10/11 anos já não tem mais língua Makuxi. Prá conservar os costumes, prá saber como os antepassados viviam, como se usa”.

A adolescente, que faz a 7ª série, não fala Makuxi, mas entende, pois foi criada até os 10 anos na Raposa com a mãe e irmãos na casa da avó. Aos 10 anos mudou-se para Boa Vista com a mãe e irmãos; aos 13, voltou a morar na maloca, onde a mãe é agente de saúde.

Rafaela reconhece que sua fala “...o aluno tem que conservar sua língua, sua língua materna” é uma colocação do seu professor de Makuxi.

A adolescente se apropria dela, mas é curioso como repete o ‘sua’ referindo-se, como faz o professor, à língua do aluno; desta forma, Rafaela se exclui. Este fato é bem recorrente e reforça a impressão de que o Makuxi é a língua estranha, a língua do outro, ao mesmo tempo em que é a *própria língua*.

Entretanto, nem sempre o movimento de ceder ao apelo do outro acontece, às vezes ocorre o inverso, a pressão faz o sujeito reagir, e sem a ilusão do retorno ao passado, encara a maleabilidade e a transmutação lingüístico cultural como algo que não afeta o “ser índio”.

Posso ilustrar isso com uma fala coletada no I Encontro de Educação Indígena de Pernambuco, no início dos anos 90. Enquanto todos repetiam o discurso, sempre presente, da revitalização/resgate da língua indígena, um professor índio pediu a palavra e questionou por que teriam que ainda falar a língua indígena, complementando que ele só falava o Português e nem por isso não era índio.

Diversas são as maneiras de reagir às pressões e dependem muitas vezes de como se deu a história de contato e da forma como cada grupo, e até cada um individualmente, reage à essa história.

Considerações finais

Analisar a construção de identidades no espaço discursivo é um campo promissor de pesquisa. Sob a perspectiva transdisciplinar podem atuar lingüistas aplicados, lingüistas, historiadores, antropólogos, sociólogos, entre tantas outras áreas de conhecimento.

As narrativas orais se apresentam assim muito mais do que uma mera técnica de coleta de dados, transformando-se nos próprios dados.

Há muito o que desvendar e, como lingüista aplicada, acredito que só nos debruçando sobre situações reais de uso da linguagem, onde os atores envolvidos são contextualizados sócio-historicamente, poderemos compreender como se dá este processo.

No tocante à questão indigenista, meu campo específico de trabalho, não nego a força político-argumentativa de relacionar a língua indígena à indianidade, geralmente relacionada à possibilidade de acessar e expressar a cosmovisão do grupo. Entretanto, não é só na língua que se é capaz de alcançar tal feito, pois é no discurso, e não na língua em si mesma, que o sujeito é construído e partilhado.

Notas

- ¹ Estamos falando aqui das áreas envolvidas que são definidas pela natureza do tópico sob investigação.
- ² Moita Lopes (2006) trabalha na perspectiva de LA como uma INdisciplina, uma área de conhecimento cujas fronteiras estão sendo alargadas, da mesma forma que ocorre com outras áreas das ciências sociais e das humanidades.
- ³ Um bom exemplo disto é o trabalho desenvolvido atualmente por Francisco Gomes de Mattos, fundador da lingüística aplicada no Brasil, sobre a paz comunicativa.
- ⁴ A observação é participante porque o pesquisador ao interagir com a situação analisada, interfere e sofre interferência dela.
- ⁵ Segundo Cavalcanti e Moita Lopes (1991), o diário de campo deve ser construído a partir da elaboração de notas e nele deve ser registrado o que ocorre dentro do contexto estudado.
- ⁶ Existem 12 grupos indígenas em Roraima, divididos em 3 famílias lingüísticas. Não há fonte que precise ao certo o número de índios que residem em Boa Vista.
- ⁷ Em Roraima utiliza-se o termo maloca para designar o que comumente chamamos de aldeia.
- ⁸ As pessoas que nascem em Roraima e são filhos de pais oriundos de outros estados se identificam como roraimenses, as que são filhos de pais nascidos no estado se denominam makuxi, o nome da mais significativa etnia indígena do estado.
- ⁹ É prática comum que as organizações indígenas tenham o seu quadro de funcionários composto por índios.
- ¹⁰ Índio Arara (Shawanawa), da família Pano, do Acre.
- ¹¹ Eutxânâni significa menino gordo e Shawâdawa é uma variação de Shawânawa, que é o nome do grupo e significa povo arara.
- ¹² ‘Amansar índios’ era o termo comumente usado para o ato de prendê-los e controlá-los. As aldeias eram atacadas, os homens que resistiam eram mortos e as mulheres e crianças levadas para os seringais. Lá submetiam-se ao jugo dos “patrões”.
- ¹³ Os grupos acreanos costumam chamar todo não índio de branco.
- ¹⁴ Dos oito grupos indígenas em Pernambuco, apenas os Fulniô falam a sua língua tradicional, o Yathê. Certamente em consequência da sua forte religiosidade. Durante quatro meses do ano, se isolam na aldeia Ouricuri, para viverem sua religião exclusivamente na língua Yathê. Desta maneira os Fulniô, desde crianças, se tornam bilíngües em Yathê e Português.
- ¹⁵ Infelizmente não possuo o registro das palavras em Xukuru, apenas a fórmula expressa.
- ¹⁶ Os Xukuru habitam a Serra do Ororubá em ilhas, cercados por fazendeiros, têm constantemente sua indianidade questionada, em decorrência da perda de elementos tradicionais, como língua, traços fisionômicos, economia, etc.
- ¹⁷ Existem ainda algumas comunidades mistas com Wapichana e Taurepang.
- ¹⁸ São cerca de 17.000 Makuxi brasileiros e 6.000 Makuxi Guianenses.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. *Lingüística Aplicada: ensino de línguas e comunicação*. Campinas, São Paulo: Pontes Editores e Arte Língua, 2007.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: Palavras e Ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CAVALCANTI, M. C. & MOITA LOPES, L. P. Implementação de Pesquisa na Sala de Aula de Língua Estrangeira. In *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. 17, 1991.
- CELANI, Maria Antônia Alba. Transdisciplinaridade na Lingüística Aplicada no Brasil. In Inês Signorini e Marilda do Couto Cavalcanti (orgs.). *Lingüística Aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- CHOMSKY, Noam. *A gramática generativa*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. Londres: Longman, 1989.
- FREITAS, Déborah de B. A. P. *Perfil sociolingüístico do grupo Arara (Pano) do Acre: sugestões para alfabetização na língua indígena*. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 1995.
- _____. *Bilingüismo Makuxi: Maloca da Raposa*. Boa Vista: Programa Norte de Pós-Graduação, Capes, 1999.
- _____. *Escola Makuxi: identidades em construção*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HELLER, M. Legitimate Language in a Multilingual School. In *Linguistics and Education* 8, 1996.

MAHER, Terezinha. *Ser Professor sendo Índio: Questões de Língua(gem) e Identidade*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 1996.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos constructos que têm orientado a pesquisa*. In Luiz Paulo da Moita Lopes (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é linguística*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In Fernanda Mussalim & Anna Christina Bentes (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. Vol. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izodoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da linguística*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.